

## O METABOLISMO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E SUA CRISE ESTRUTURAL

**José Pereira de Sousa Sobrinho<sup>1</sup>**

**Eduardo Chagas<sup>2</sup>**

**Betânia Moraes<sup>3</sup>**

### **Resumo**

O presente artigo expõe o caráter orgânico da sociedade regida pelo poder totalizante do capital, que submete todo o metabolismo societário à sua necessidade de expansão e acumulação de riqueza. Apresentamos os fundamentos da atual crise estrutural do sistema capitalista que tem sua gênese na relação de domínio do capital sobre o trabalho. A sociedade capitalista, descrita por Marx como uma contradição viva, é erguida sobre a maior de todas as contradições: a extração de mais-valia. Os antagonismos criados por esse sistema coexistem em suas dimensões fundamentais no curso de seu desenvolvimento histórico: produção, consumo e circulação, em uma unidade artificialmente articulada. O avanço e o alargamento do capital produzem em igual medida o agravamento de suas contradições, que leva o sistema a adentrar na sua mais profunda crise estrutural, o que aponta em direção ao dilema histórico: “socialismo ou barbárie”. Portanto, urge a luta pela sociedade socialista regida pela livre associação dos trabalhadores livres.

**Palavras-chave:** Trabalho; Capital; Crise estrutural.

## EL METABOLISMO DE REPRODUCCIÓN DEL CAPITAL Y SU CRISIS ESTRUCTURAL

### **Resumen**

En este artículo se expone el carácter orgánico de la sociedad regida por el poder totalizador del capital, que somete todo metabolismo societario a su necesidad de

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE. jpssobrinho@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia. Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor da Linha de Pesquisa Marxismo, Educação e Luta de Classes do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará - UFC. ef.chagas@uol.com.br

<sup>3</sup> Doutora em Educação. Professora do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará – CED/UECE. Professora do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação - CMAE/UECE. Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE. betania.moraes@uol.com.br

expansión y acumulación de riqueza. Se presentan los fundamentos de la actual crisis estructural del sistema capitalista, que tiene su génesis en la relación de control del capital sobre el trabajo. La sociedad capitalista, descrita por Marx como una contradicción viviente se basa en la mayor de todas las contradicciones: la extracción de la plusvalía. Los antagonismos creados por este sistema coexisten en sus dimensiones fundamentales en el curso de su desarrollo histórico: producción, consumo y circulación, en una unidad artificialmente articulada. El adelanto y la ampliación de capital producen en igual medida el agravamiento de sus contradicciones, que conduce el sistema para entrar en su más profunda crisis estructural, lo que apunta en la dirección del dilema histórico: "socialismo o barbarie". Por lo tanto, instamos a la lucha por la sociedad socialista regida por la libre asociación de los trabajadores libres.

**Palabras-clave:** Trabajo; Capital; Crisis Estructural.

A tarefa marxiana de desvelar o real nos apresenta a sociedade capitalista como um sistema orgânico em seu movimento metabólico de consumo de força de trabalho e bens naturais, no qual o seu mecanismo de reprodução se consolida na produção incessante de valor. O domínio totalizante do capital é imposto a diversas esferas da vida social, se expandindo por todo o globo. Expansão é uma das leis tendências deste sistema, a qual surge em sua própria origem, na lógica de circulação da mercadoria. A circulação incessante de mercadoria conduz a expansão do capital, e na sua própria circulação está a origem do capital, como expressa Marx:

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguraram o século XVI a moderna história da vida do capital. (MARX, 1983/1985, p. 125).

A expansão do capital transforma o mundo conhecido pelo filósofo alemão em um imenso mercado. A necessidade incessante do capital de reprodução de valor nos conduz a sua segunda lei, qual seja: acumulação de riquezas. Expansão e acumulação, portanto, apresentam-se como as leis tendências do sistema capitalista. Leis as quais regem a estrutura metabólica deste sistema em seu contínuo processo de reprodução.

Contudo, o conjunto de suas leis apresenta a contradição incontornável deste sistema ao expor os limites sociais de uma contínua expansão e acumulação

de riqueza. A concretização deste limites está expressa nas crises capitalistas de superprodução. Para compreensão da ocorrência das referidas crises de superprodução, faz-se necessário o esforço teórico para desvendarmos o movimento contraditório deste sistema, apontando, portanto, nas páginas que seguem os fundamentos de uma crise que se apresenta em seu caráter estrutural, ao aproximar-se dos limites absolutos deste sistema.

### **Metabolismo Social de Reprodução do Capital: a Origem Estrutural das Crises de Cíclicas de Superprodução**

O homem possui em sua existência, o incessante processo de auto-criação de sua própria natureza ao pôr em movimento o trabalho, sua atividade vital livre e consciente de criação da vida, através da relação de intercâmbio com a natureza.

Assim o homem, como nos aponta Lukács e Mészáros nos rastro da teoria marxiana, é indissociável da natureza, pois terá sempre no ato de trabalho o meio de construção de sua existência social. Esse intercâmbio eterno entre homem e natureza possui, desde o momento primeiro do salto ontológico até o momento contemporâneo da sociedade moderna, as mediações primárias de intercâmbio com a natureza, já que o homem não pode construir a sua existência em uma relação não-mediada com o mundo natural existente. Como resultado dessas condições e “determinações ontológicas, os indivíduos humanos devem sempre atender às inevitáveis exigências materiais e culturais de sua sobrevivência por meio das indispensáveis funções primárias de mediação entre si e com a natureza de modo geral.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 212).

Compreendemos através dos escritos de Mészáros que o processo de auto-reprodução humana, a atividade, efetiva-se pela mediação da consciência (teleologia), das capacidades físicas e até mesmo da linguagem como salvaguarda da continuidade da existência humana que atuam sempre sob condições que mudam constantemente dada a influência da própria intervenção da atividade produtiva na ordem original da natureza. Essa é a racionalidade da ontologia

unicamente humana do trabalho, em sua constante história de reprodução auto-produtiva, ou seja, ao transformar a natureza, o homem transforma a si mesmo, efetivando-se o aprimoramento do ato de trabalho a partir de suas formas rudimentares, desenvolvendo os diversos complexos sociais no processo constante de co-determinação presente na complexa dialética do trabalho.

Mas, como exposto na teoria marxiana, o trabalho, na sociedade capitalista está subsumido ao capital. O trabalho em sua qualidade abstrata já não é o meio da realização da criatividade humana, mas torna-se apenas instrumento de reprodução do capital. Essa atividade deixa de ser o instrumento necessário para a realização das necessidades essencialmente humanas para tornar-se o mecanismo de satisfação do capital e, “nesse processo de alienação, o capital degrada o trabalho, sujeito real da produção social, à condição de objetividade reificada – mero ‘fator material da produção’ – e com isso derruba [...] o verdadeiro relacionamento entre sujeito e objeto”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 126).

Com os escritos marxianos podemos discernir que sob o domínio do capital, o trabalho vivo é desumanizado ao ser transformado em simples mercadoria que, como qualquer outra mercadoria na sociedade capitalista, possui valor-de-uso e valor-de-troca. O valor-de-uso do trabalho apenas se realiza no processo produtivo no interior da indústria, após a efetivação da relação de troca da força do trabalho pela mercadoria dinheiro no espaço do “mercado de trabalho” da sociedade capitalista. No âmbito das relações humanas intermediadas pelas coisas, o ato em que o trabalhador disponibiliza a sua força de trabalho em favor da produção burguesa é apenas realização de uma relação de troca entre duas mercadorias, a mercadoria dinheiro e a mercadoria força de trabalho. O próprio trabalhador que carrega em si a sua única mercadoria – a sua força de trabalho – e dela não pode separar-se, ao ceder o seu valor-de-uso, cede uma parte de si e efetiva-se ele próprio como uma mercadoria, como simples força produtiva. A relação de trabalho assalariado é realização da troca, na qual o capitalista compra a mercadoria força de trabalho, de posse do trabalhador, apropriando-se de uma parte da existência do próprio trabalhador que se incorpora ao produto do trabalho. Segundo Marx (2006, p. 219),

Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor-de-uso que vendeu, ao ceder o seu

trabalho. Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista compra força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega.

O trabalho é a fonte de riqueza humana, mas o trabalho enquanto mercadoria é a fonte de riqueza do capital. A relação estranha entre capitalista e trabalhador, e a fria relação entre os homens intermediadas pelos dígitos do papel moeda é a relação de exploração do homem pelo próprio homem, a efetivação da prostituição do trabalhador no qual este subverte a essência de sua existência ao construir a sua autodestruição, a sua desmoralização, e sobre esse alicerce se ergue a sociedade regida pelo capital, construtora e construída no processo de coisificação do homem.

A teoria marxiana é enfática ao expressar que a exploração capitalista efetiva-se na relação de compra do trabalho vivo. No uso da força de trabalho do trabalhador está inserido o processo de extração da mais-valia na sua utilização por parte do capitalista, está implícita a produção de valor. A extração da mais-valia ou trabalho excedente está na relação de troca efetivada entre capitalista e trabalhador, já que o valor-de-troca da mercadoria força de trabalho, ou seja, salário, é um valor distinto e menor que o valor produzido pela força de trabalho enquanto valor-de-uso do capitalista.

Portanto, fica constatado a partir das afirmações do teórico alemão, que ao capitalista o que interessa é a produção de mais valor, ou seja, ele, “além de um valor-de-uso, quer produzir mercadoria; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia).” (Marx, 2006, p. 220). E a mais-valia imperceptível aos economistas clássicos “se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho” (MARX, 2006, p. 231).

Está na mais-valia o segredo da extração da riqueza da sociedade do capital, a fonte de fortuna do capitalista e de exploração do trabalhador, a origem de sua miséria material e humana. Contradicoriatamente, essa forma de produção

baseada na constante extração do trabalho excedente, acabou levando a humanidade ao desenvolvimento das capacidades de produção, elevando-a a um nível antes inimagináveis ao superar as barreiras impostas pelos modos anteriores de reprodução da vida. Marx afirmou-nos que o capital impulsionou o desenvolvimento das forças produtivas na busca incessante pela expansão do sistema e, a conseqüente, maior acumulação de riqueza. São suas as seguintes palavras citadas por Mészáros:

A grande qualidade histórica do capital é criar este trabalho excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do mero valor de uso, da mera subsistência; e seu destino histórico [Bestimmung] é realizado tão logo tenha havido, de um lado, tal desenvolvimento das necessidades que o trabalho excedente, acima e além da necessidade, se tenha tornado uma necessidade geral que brota das próprias *necessidades individuais* [...] e, por fim, quando o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho que o capital incessantemente força avante na sua mania ilimitada por riqueza e pelas condições únicas em que esta mania pode ser realizada, *tenha florescido* até que a posse e a preservação da riqueza geral exijam menos tempo de trabalho da sociedade como um todo, e em que a sociedade trabalhadora se relacione cientificamente com o processo de sua reprodução progressiva, sua reprodução em *abundância cada vez maior*; portanto, onde cessa o trabalho no qual o ser humano faz algo que pode ser feito por outra coisa... O impulso incessante do capital para a forma geral de riqueza leva o trabalho para além dos limites da sua insignificância natural [Naturbedürfigkeit], e assim cria os elementos materiais de uma *individualidade rica, tão multifacetada na sua produção quanto no seu consumo*, e cujo trabalho, por isso, já não aparece mais como trabalho, mas como o desenvolvimento *pleno da própria atividade*, da qual desapareceu a necessidade natural em sua forma direta, porque é a *necessidade historicamente criada* que tomou o lugar daquela natural. É por isso que o capital é produtivo isto é, uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Ele deixa de existir como tal somente onde o desenvolvimento dessas próprias forças produtivas encontra sua barreira no próprio capital. (2006, p. 676)

Como explicitado pelo teórico de Trier, apesar de todos os avanços propiciados às capacidades e necessidades humanas pelo sistema do capital, ele mesmo torna-se criador das próprias barreiras que impede a continuidade do avanço dos homens. A origem de suas barreiras está na mesma razão de seu desenvolvimento histórico: a relação de domínio do capital sobre o trabalho, uma relação explicitamente negativa na qual o trabalho está subsumido ao capital, que existe apenas em função do trabalho e exerce perante este uma relação parasitária, na sua necessidade estrutural de dominar e explorar o trabalho humano. Sobre o domínio do capital, o trabalho tem a sua unidade histórica entre produção e necessidade humana totalmente rompida em detrimento da necessidade da

produção da riqueza, que passa a ser a finalidade última da humanidade sobre o domínio do capital.

A produção está pautada no interesse burguês, na necessidade incessante de acúmulo privado da riqueza social. A consequência direta deste modelo de produção capitalista, na qual o trabalho concreto produtor de valor-de-uso está subsumido ao trabalho abstrato produtor de valor-de-troca, é a própria subordinação do valor-de-uso ao valor-de-troca. E, portanto, o que determina o uso e a utilidade de um objeto já não é a necessidade real do produtor, mas a própria necessidade do lucro capitalista. Como nos afirma Mészáros

tal inadmissibilidade prática de limites no sistema do capital emerge do modo pelo qual a prevalência da relação produtiva anterior com o uso é alterada de maneira fundamental no curso do desenvolvimento histórico. Como resultado, “útil” torna-se sinônimo de “vendável”, pelo que o cordão umbilical que liga o modo de produção capitalista à necessidade humana direta pode ser completamente cortado, sem que se perca a aparência de ligação. Simultaneamente, as formas de troca anteriormente praticadas –, até então diretamente relacionadas à necessidade humana, quaisquer que fossem suas limitações sob outros aspectos – são superadas pelo domínio do *valor de troca*, de tal modo que, depois disso, não se pode mais conceituar a troca em si a menos que seja definida em termos das transações formalmente equalizadas de mercadorias que ocorrem na estrutura estritamente quantificadora das relações-de-troca reificadas. (2006, p. 659).

Seguindo os escritos de Mészáros, podemos aferir que essa relação de domínio do capital passa a subverter todas as relações humanas – desde a produção, o uso, a troca, assim como as próprias necessidades humanas, que são submetidas ao frio interesse de acumulação incessante – não é mantida com tranquilidade pelo sistema capitalista. Ao contrário, todas essas contradições apenas são possíveis pelo domínio da força do capital em relação ao trabalho, o domínio do burguês em relação ao trabalhador. A sociedade capitalista, descrita por Marx como uma contradição viva, é ela mesma erguida sobre essa que é a maior de todas as contradições: a extração de sobre-trabalho pelo capital. Portanto, toda a unidade expressa por este sistema é mantida artificialmente, já que a própria unidade entre produção e necessidade humana está rompida em detrimento das necessidades opostas do capital.

Os antagonismos criados por este sistema coexistem em suas dimensões fundamentais no decorrer de seu desenvolvimento histórico: produção, consumo e

circulação. A vitória histórica do desenvolvimento do capital é alcançada graças à unidade artificialmente articulada entre seus fundamentos – o que cria a ilusão de que o sistema e suas contradições antagônicas são apenas barreiras momentâneas que, ao serem superadas, propiciar-lhe-iam um desenvolvimento ilimitado – quando, na realidade, o avanço e o alargamento do capital produzem em igual medida o agravamento de seus antagonismos e contradições, e a construção de uma última barreira intransponível pelo sistema.

É exatamente da falsa unidade dos três fundamentos do capital que se ergue a maior de suas barreiras, construída tijolo a tijolo pela tríplice contradição entre produção e controle, produção e circulação, produção e consumo. Ou seja, da falsa unidade de seus fundamentos emergem-se as contradições inerentes ao funcionamento do sistema do capital, o que expressa que no interior dessa sociedade estão os substratos que possuem elementos que o levam à sua própria negação e falência.

Ainda aliado aos escritos de Mészáros podemos compreender que a ruptura entre produção e necessidade – na qual o produtor subverte a produção para o uso em favor da supremacia do valor-de-troca, pondo um fim à limitação imposta pela soberania da necessidade humana, onde os processos produtivos não estão mais “diretamente atados (e subordinados) às limitações do consumo dado, mas podem antecipar-se significativamente a ele, estimulando, na forma de uma nova reciprocidade tanto a produção como ‘a demanda conduzida pela oferta’” (IDEM, 2006, p. 660) – oferece ao sistema do capital a dinâmica necessária para a sua auto-reprodução.

O próprio uso passa, em certa medida, a estar subordinado pela produção voltada para a troca, invertendo, assim, a lógica histórica socialmente constituída. Tal anomalia social apenas é possível face o controle exercido pelo capital que, com sua força de dominação, impõe aos produtores um processo produtivo no qual estes estão alienados de qualquer forma de controle, assim como totalmente apartados dos meios de produção. Como afirma Mészáros, “primeiro, os produtores são radicalmente separados do material e dos instrumentos de sua atividade produtiva, tornando-lhes impossível produzir para o seu próprio uso, já que nem

sequer parcialmente estão no controle do próprio processo de produção.” (IDEM, 2006, p. 624).

A produção apartada dos trabalhadores sob controle da classe burguesa está totalmente voltada para a produção de valores de troca, o que impõe aos trabalhadores recorrer ao mercado de troca capitalista para satisfazer as suas necessidades, tornando-se produtor de valor tanto na produção quanto no uso, reproduzindo, assim, o sistema de acumulação do capital. O segundo momento da ruptura entre necessidade e produção, ocorre porque

as mercadorias produzidas com base em tal separação e alienação não podem emergir diretamente do processo de produção como valores de uso relacionados à necessidade. Elas requerem a intervenção de um momento estranho para suas metamorfoses em valores de uso e para tornar possível a continuidade da produção e reprodução global do sistema do capital. Em outras palavras, já que a grande massa das mercadorias produzidas não pode constituir valores de uso para os seus proprietários (o número comparativamente insignificante de capitalistas) deve entrar na relação de troca do capital – por meio da qual pode funcionar como valor de uso para seus não-proprietários (isso é, majoritariamente os trabalhadores) – para se realizar como valor em benefício da reprodução ampliada do capital. (MÉSZÁROS, 2006, p. 624)

As pretensões dos escritos de Mészáros estão em expressar as leis do capital que perfazem um todo interligado, constituídas em seus nexos causais, no processo dialético de mutua determinação. Leis estas que vão superando os limites impostos pelos modos anteriores de produção construindo um metabolismo totalmente novo que mostra a sua força de domínio em seus menores microcosmos, perfazendo todas as relações humanas pautadas no interesse da troca, assim como em sua estrutura global de atuação onde o comércio mundial de incessantes trocas comerciais propiciam ao capital atingir elevados níveis de acumulação de riqueza.

O capital, como força de dominação, impõe ao trabalhador uma forma de produção heterodeterminada e escravizada pelo poder do capitalista que exerce todo o controle da produção em um singular espaço produtivo. Ou seja, em uma indústria isolada, todo poder expropriado do produtor está nas mãos do capitalista, que explora a força de trabalho e direciona a produção para a sempre crescente extração de mais-valia. A contradição está, no fato de que, diferentemente dos produtores associados, os vários capitalistas que dominam os diversos fragmentos isolados da produção não podem planejar a produção total da riqueza dos homens.

Eles se relacionam entre si apenas no processo competitivo pela maior fatia do trabalho excedente, mas nunca em prol de um planejamento da produção global. Portanto, não existe controle da produção total no sistema capitalista, e qualquer anseio de controle não passa de uma vã esperança, pois os diversos fragmentos isolados da produção sempre caminham em direção de um maior acúmulo de riqueza e, portanto, caminham sempre para a expansão sem nenhuma perspectiva de controle.

O autor de *Para Além do Capital*, demonstra que a ausência de unidade entre produção e controle é insuperável, porque, em nenhum momento predominante deste sistema, o controle específico dos diversos microcosmos de produção pode significar uma forma de controle da estrutura do macrocosmo desse sistema. Apesar de sua estrutura totalitária interligada formar uma espécie de metabolismo global, na qual as reduzidas partículas estão diretamente associadas ao todo, o sistema do capital não permite qualquer forma de controle que possa impor restrições às suas leis tendências de expansão e acumulação da riqueza. Portanto, a produção total do sistema do capital adquire características anárquicas, e as tentativas de controle por parte de monopólios específicos, oligopólios, ou cartéis, por exemplo, exercem o efeito inverso ao aproximar o sistema ainda mais de seus limites estruturais, como nos mostra Mészáros.

Para as empresas que operam segundo a lógica do capital, a única forma de melhorar as oportunidades de controle é aumentar constantemente sua escala de operação – o que torna a expansão do capital uma exigência absoluta –, não importa o quanto sejam destrutivos em termos globais as consequências da utilização voraz dos recursos disponíveis (para os quais as empresas privadas não têm medidas nem preocupações). Sua vantagem relativa é viável e eficaz (enquanto os limites absolutos não estiverem plenamente ativados) pelo aperfeiçoamento da racionalidade e da eficácia parciais de suas operações específicas – pela produção em massa destinada a um mercado global, pelo controle da maior fatia do mercado possível etc. – em conformidade com o imperativo absoluto da expansão do capital que se aplica a todas elas. É o que empurra para a frente não apenas as empresas isoladas, mas também o sistema do capital em geral, trazendo em primeiro lugar o deslocamento de suas contradições e, no devido tempo, a intensificação inevitável e assustadora destas. (2006, p. 258)

A expansão do capital é uma de suas leis tendenciais que permitiu ao sistema apoderar-se e impor sua força de dominação em todos os lugares do globo e criar as condições de dar respostas efetivas às necessidades reais dos homens. Mas as consequências diretas de uma expansão incontrolável estão na criação de

necessidades artificiais e apetites imaginários, como forma de escoar a produção sempre em expansão em todo o planeta.

O teórico citado acima afirma que o resultado da contradição entre produção e consumo está na imposição do uso dos bens produzidos pelo sistema, no qual o consumo crescente apenas é possível ao ser culturalmente induzido a todos os produtores que estão alienados das suas capacidades de decisão. Portanto, a produção heterodeterminada subverte a lógica histórica do consumo baseada na satisfação das necessidades em favor da reprodução do sistema do capital. Mas a saída para um sistema de produção em constante expansão é a constante ampliação do círculo de consumo, a ampliação em extensão desse círculo de consumo em uma escala mundial ao chegar aos países subdesenvolvidos – como também a intensificação do círculo de consumo por parte das grandes potências capitalistas no interior de suas próprias fronteiras, com a intensificação do consumo nas grandes metrópoles ao promover o chamado consumo de massa, o que leva a dupla exploração do trabalhador: como produtor e consumidor.

A implantação do consumo de massa é viabilizada pela redução do tempo médio de produção dos bens duráveis promovida pelo avanço tecnológico e até mesmo pela aquisição de matéria-prima a baixo custo nos países subdesenvolvidos, o que levou à redução do valor dos bens duráveis produzidos em grande escala, tornando esses produtos acessíveis a uma grande massa de trabalhadores dos países desenvolvidos. Como nos relata Mészáros, os grandes representantes do capital, ao incentivar e propiciar essa modalidade consumo, “perceberam [...] que o surgimento do trabalhador na qualidade de consumidor de massa estenderia radicalmente o mercado, produzindo uma válvula de escape aparentemente, e para eles esperançosamente, sem limites para a expansão capitalista.” (2006, p. 537).

As estratégias do capital tentam articular produção e consumo, ao instituir o chamado consumo produtivo, contudo estas estratégias utilizadas para alargar os horizontes de seus limites absolutos não podem funcionar indeterminadamente. As barreiras imensas de tal modelo social no qual tudo está submetido à lógica universalmente mercantilizadora, onde a produção está indissociável da necessidade cruel do lucro, impõe limites sociais até mesmo à intocável produtividade capitalista, ao subverter o próprio critério de utilidade que deve estar

submetido a sempre presente demanda de expansão do sistema. O que impõem sérios limites à produção, onde tudo o que não é viável ao sistema está previamente vetado. Mas a contradição explosiva do sistema está no fato de que os limites do consumo humano, mesmo o consumo em massa ao assimilar e oferecer um destino favorável à produção capitalista é infinitamente maior aos próprios limites impostos à produção pelo sistema. Esse antagonismo inerente ao sistema vem se agravando à semelhança de uma grande bola de neve, tal contradição tende a chegar ao momento predominante no qual atinge proporções incontornáveis e extremamente perigosas para a continuidade deste sistema.

De outra forma, as consequências de tal modelo produtivo marcado por uma relação predatória do meio ambiente para o homem em sua atual geração, assim como as que virão, com a utilização perdulária dos recursos naturais renováveis e não-renováveis em escala monumental, levam-nos a questionar a continuidade não só deste sistema, mas também da própria existência humana nesse planeta<sup>4</sup>. A esse respeito é esclarecedora a análise de Mészáros:

Pois, enquanto o processo de produção dado segue suas próprias determinações, multiplicando a riqueza divorciada dos desígnios humanos conscientes, os produtores desse processo reificado e alienado devem ser impostos aos indivíduos como “apetites” destes – no interesse do processo de reprodução dominante, sem se levar em conta as consequências a um prazo mais longo. Assim, “afastar o terreno natural das fundações de qualquer indústria” não nos livra da necessidade, mas nos impõe cruelmente e difunde universalmente um novo tipo de necessidade em escala mais ampla possível, colocando em risco a própria sobrevivência da humanidade e não apenas o altamente ampliado sistema do capital. (2006, p. 260-261).

O conjunto da tríplice contradição do capital, descrita pelo filósofo húngaro, encerra-se com a relação antagônica entre consumo e circulação sobre a força deste sistema, pois o sistema do capital enquanto produtor de valor, só pode efetivar-se quando adentrar no âmbito da circulação dos produtos do trabalho

<sup>4</sup> Os efeitos ambientais do modo de produção do capital são observados pelas próprias instituições burguesas, pois o próprio Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) reconhece que as mudanças climáticas devem forçar o deslocamento de 50 milhões de pessoas na próxima década. Segundo Wellington Carneiro (Oficial de proteção da ACNUR no Brasil) “Dafur, no Sudão, é um dos primeiros casos de refugiados climáticos, porque, segundo ele, as disputas étnicas foram provocadas pela escassez de recursos causados pelas secas prolongadas na região, localizada entre o deserto do Saara e a África tropical.” O oficial da ACNUR ainda afirma a preocupação com “O provável desaparecimento de pequenas ilhas do Pacífico, como Tuvalu, e as Ilhas Maldivas, no Oceano Índico, por causa do aumento do mar e a desertificação de regiões semi-áridas pode deixar milhares de pessoas sem pátria.” (Jornal O Povo, 2009, p. 24).

humano e sobre este exercer todo o seu domínio e impor sua lógica estruturante de reprodução eminentemente antagônica, fundada na submissão das reais necessidades humanas – o que é apenas possível pela imposição de um controle hierárquico e discriminatório tanto na produção como na circulação (distribuição). O produtor está alienado do poder de definir o destino dos produtos por eles produzidos. O trabalho exteriorizado pelo trabalhador, e presente no objeto por ele transformado em natureza humana, terá a sua distribuição determinada pelos critérios do capital, ou seja, pelo lucro e pela acumulação. Isso subverte o próprio conceito de troca como meio de satisfação das necessidades humanas, aquelas que são impossíveis ao trabalhador atender pelo seu trabalho particular, e para tanto necessita do trabalho social como complemento de sua existência. Portanto, a circulação era, historicamente, o meio de realização do homem através do outro homem. Mas a circulação, agora também ela privada e isolada da decisão da maioria dos homens, é o processo de desumanização do homem sob o controle hierárquico do capital. Como nos relata Mészáros, a lógica da propriedade privada permite aos capitalistas determinar arbitrariamente

O curso da distribuição da riqueza em virtude de sua posição privilegiada na estrutura de comando do capital, como “capitães da indústria” ou como guardiões políticos do Estado burguês. Desse modo, para piorar, eles podem absurdamente elevar a si próprios ao exelso *status* de “criadores de riqueza” de modo a se apropriar, de acordo com a grandiosidade desse *status*, de uma porção importante do produto social para o qual eles não contribuem com absolutamente nenhuma substância. (IDEM, 2006, p. 617).

Nesse sentido, o mesmo autor reflete que a consequência direta de tal modelo de organização da vida – no qual produção e circulação formam uma unidade artificial em contradição com a própria necessidade genuinamente humana – é justamente a distribuição desigual e injusta da riqueza social. O controle hierárquico da circulação nas mãos dos “capitães da indústria” ou dos “guardiões do Estado” determina a sua efetivação em prol da acumulação e da auto-reprodução do sistema do capital, ou seja, a distribuição de grande parcela da riqueza social total entre um número reduzido de abastados. Essa realidade leva-os a perceber o imenso antagonismo entre a vida humana e o interesse egoísta de acumulação do capital, já que toda riqueza humana produzida atualmente no planeta, se distribuída em igualdade, seria capaz de manter todas as necessidades básicas humanas do

globo. Mas o interesse do sistema e de seus guardiões apenas permite a circulação da miséria e da fome<sup>5</sup> em uma proporção ampla do globo.

A reflexão de Mészáros indica que a lógica necessária ao sistema impõe a existência de um modelo de circulação hierarquicamente constituído para o escoamento de toda a produção, o que determina uma relação hierárquica entre os Estados-nações produtores de bens duráveis e os Estados-nações essencialmente consumidores e dependentes. Nessa lógica, a permanência forçada dos países da África, Oriente Médio, América do Sul e Central em um subdesenvolvimento forçado é imprescindível ao sistema capitalista ao inseri-los no novo “colonialismo” como um pólo comercial essencialmente consumidor apto a ser explorado e expropriado de suas riquezas naturais. E qualquer pretensão de igualdade entre esses dois mundos, que formam uma unidade antagônica, sem transformar radicalmente esse modelo global de produção, não pode alcançar êxito, já que para

manter a existência do sistema de produção absurdamente ampliado e “superdesenvolvido” do capital “avançado” (o qual depende necessariamente da continuação da dominação de um “vasto território” de subdesenvolvimento forçado) e, ao mesmo tempo, impedir o “Terceiro Mundo” a um alto nível de desenvolvimento capitalista (que apenas poderia reproduzir as contradições do capital ocidental “avançado”, multiplicadas pelo imenso tamanho da população envolvida). (Mészáros, 2006, p. 810).

A contradição viva que é a sociedade capitalista carrega em seu interior as reais possibilidades de sua própria superação. A unidade artificialmente articulada entre suas três dimensões fundamentais levou o sistema a todos os recantos do planeta, e elevou potencialmente todas as capacidades humanas. Mas a relação real entre suas três dimensões é marcada pela contradição da submissão entre si, na qual a produção eminentemente humana é subjugada à produção para a troca. O valor-de-uso subsumido ao valor-de-troca, como o único meio da engrenagem de auto-reprodução do capital girar, leva inevitavelmente este sistema ao limite de suas contradições estruturais, que se efetivam em crises econômicas, as quais ocorrem

<sup>5</sup> O sistema que concentra riqueza nas poucas mãos da classe burguesa espalha os números da miséria em todo o globo, segunda a FAO (agencia da ONU para agricultura e alimentação) afirma que 14% da população mundial passa fome, o que representa um total de 925 milhões de pessoas. UM total de 1,4 bilhões de pessoas sobrevivem como menos de US\$ 1,25 dia, enquanto 2,5 bilhões de pessoas vivem sem saneamento básico e água potável. O debate de acesso saúde na sociedade capitalista não pode solucionar as o numero que aponta 3,5 milhões (equivale a 10% de todas as mortes) de mortes anuais em decorrência da ausência de saneamento e água potável. No Brasil 54% da população não possui saneamento. Este [é o]modelo de circulação inerente ao sistema do capital. (Jornal O Povo, 2008, p. 36).

em tempos e tempos, em determinados momentos históricos. São as chamadas crises cíclicas, apontadas por Marx e Engels, ainda no *Manifesto Comunista*:

As crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer outra época já teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. (2002, p. 45)

### **Os Limites absolutos da sociedade do capital: da crise cílica a crise estrutural**

A análise de Mészáros formulada sobre o alicerce da teoria marxiana, apresenta a tese de que quando a tríplice contradição do sistema atinge proporções incontornáveis, o sistema é inevitavelmente inserido em um período de intensa crise, que põe à mostra as suas imensas rachaduras estruturais. Mas o sistema do capital em toda a sua dinâmica tem encontrado sempre estratégias que impedem a sua completa derrocada e o levam a uma sobrevida de momentânea calmaria até a ocorrência da crise subsequente. No entanto, face a capacidade do sistema de sempre se desvencilhar das crises, ou mesmo, dissipá-las ou desarmá-las, e ao fato de que as reais contradições que as provocam nunca são atacadas em suas raízes, algo que este sistema não pode realizar, apenas provoca o alargamento e agravamento de suas sérias contradições onde suas falhas estruturais não são superadas, mas apenas acumuladas, ao ponto de adquirem proporções gigantescas – o que leva a explosão de suas contradições em intensidade nunca sentidas antes e eliminam as possibilidades das antigas estratégias do sistema conseguir absorver os seus efeitos destrutivos. As crises cíclicas de caráter periódico e intensidade inconstante têm as suas causas acumuladas e levam o sistema à ocorrência de uma crise agora em proporção estrutural. Como nos afirma Mészáros,

as premissas e os imperativos operacionais necessários do capital como um modo de controle, tudo o que o sistema poderia realizar seria transformar uma das suas crises periódicas mais ou menos temporárias e conjunturais em uma crise estrutural crônica, afetando diretamente, pela primeira vez na história, toda a humanidade. (2006, p. 633).

A existência de uma crise estrutural como consequência das perturbações crescentes na tríplice contradição do sistema coloca em cheque a capacidade desse

sistema de deslocar indefinidamente suas contradições acumuladas, aproximando-se de seus limites, já que

o capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que a *disjunção radical* entre produção genuína e auto-reprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. Ou seja, as barreiras para a produção capitalista são, hoje, suplantadas pelo próprio capital de formas que asseguram inevitavelmente sua própria reprodução – em extensão já grande e em constante crescimento – como *auto-reprodução destrutiva*, em oposição antagônica à produção genuína.

Nesse sentido, os limites do capital não podem mais ser conceituados como meros obstáculos materiais a um maior aumento da produtividade e de riqueza sociais, enfim como uma trava ao desenvolvimento, mas como um desafio direto à própria sobrevivência da humanidade. Em outro sentido, os limites do capital podem se voltar contra ele, como mecanismo controlador todo-poderoso do sóciometabolismo, não quando seus interesses vierem a colidir com o interesse social geral de aumentar as forças da produção genuína – o primeiro impacto de tal colisão pode ser sentido, de fato, há muito tempo –, mas somente quando o capital já não for mais capaz de assegurar, por quaisquer meios, as condições de sua *auto-reprodução destrutiva*, causando assim o colapso do sóciometabolismo global. (MÉSZÁROS, 2006, p. 699).

Conforme o teórico marxista, as contradições estruturais do sistema, para quais os antigos remédios já não surtem mais os mesmos efeitos, apresentam-se próximas de seu limite absoluto. O que é sentido desde a década de 1970 com a presença de uma crise que surge com um caráter universal presente em todos os ramos da produção e das esferas de organização do sistema, como comercial e financeira, por exemplo. Assim como, também, em escala global ao chegar a todos os recantos do planeta dominados pela lógica do capital.

A crise estrutural na qual o modo de produção capitalista está inserido apresenta-se em uma escala de tempo mais ou menos constante, ou seja, é sempre extensiva ou permanente. Mas as suas consequências já não se apresentam como as sérias erupções e colapsos presentes em suas antigas aparições periódicas. Em sua modalidade estrutural e constante a crise tem em seu modo de desdobrar-se uma aparência rastejante, com disfunções e complicações sempre presentes ao funcionamento da sociedade capitalista, sendo assimiladas como a nova forma de existência do seu sistema, quando, na verdade, essa é a efetivação perigosa de suas disjunções radicais, que podem vir a assumir novamente as características de intensos colapsos quando o sistema do capital esgotar todos os mecanismos que viabilizam a sua auto-reprodução. A atual crise americana comprava a existência de colapsos mais freqüentes e intensos no interior deste sistema.

Detendo-nos sobre a análise do filosofo húngaro, expressamos a contradição deste sistema ao afirmar que apesar de todas as suas contradições radicais, o capital tem em sua grande dinâmica e capacidade de comando hierárquico os meios de estender a sua sobrevida em uma escala de tempo impossível de prever. Os novos meios utilizados nas últimas décadas para desvencilhar-se da crise atual vêm obtendo êxito em amenizar os efeitos destrutivos deste sistema, ao conseguir alargar os limites absolutos da sua tríplice contradição – mas as novas estratégias do capital continuam a apresentar um caráter acumulativo das disjunções radicais do sistema.

A unidade artificial propiciada pelo sistema entre produção e consumo deve sua existência prolongada à estratégia do capital de interferir na utilização dos bens produzidos, reduzindo-a a níveis tão baixos que se aproxima a zero, elevando o consumo dos bens produzidos, em especial os bens duráveis.

A produção crescente de bens materiais duráveis é, de certa maneira, implícita aos avanços propiciados pela produtividade, onde uma maior parcela de tempo total de trabalho esteja voltada para a produção de bens de consumo imediato (não-duráveis) é disponibilizada à produção de bens duráveis, que passam a ser produzidos em grande escala. A consequência direta dessa expansão produtiva dissociada da necessidade humana real é uma produção maior do que a capacidade humana de consumo.

A análise do filosofo húngaro, afirma que as estratégias deste sistema possuem a pretensão de equilibrar a relação entre produção e consumo na sociedade capitalista com a efetivação do chamado consumo de massa, e com a redução da taxa de utilização dos bens duráveis com a pretensão de possibilitar um consumo periódico de novas mercadorias, criando, assim, a “sociedade dos descartáveis”. Essa realidade se efetiva quando, por exemplo, um trabalhador adquire uma camisa e com a redução do tempo de uso dessa mercadoria ao mínimo possível, associada com a elevação do poder aquisitivo da classe trabalhadora dos países desenvolvidos, cria a necessidade de aquisição de uma segunda camisa.

A taxa de utilização decrescente também é perceptível, segundo os escritos de Mészáros, na denominada produção destrutiva, na qual o sistema pernicioso de produção do capital reduz o tempo de vida útil das mercadorias

produzidas. Ou seja, uma mercadoria torna-se rapidamente obsoleta, seja pelo implemento de novas tecnologias ou pela inviabilidade decretada pelo sistema de sua manutenção, o que determina um consumo constante de novas mercadorias, para atender necessidades anteriormente satisfeitas, sejam estas artificiais ou reais. De fato, o interesse do capital é efetivar o objeto produzido enquanto valor-de-troca não importando o desperdício necessário dos recursos naturais e humanos propiciados pela produção destrutiva. Como nos relata Mészáros,

as mercadorias destinadas ao “alto consumo de massa” deixam de ser suficientes para manter longe da porta os lobos da crise de expansão da produção (devido à ausência de canais adequados à acumulação do capital). Torna-se, desse modo, necessário divisar novos meios que possam reduzir a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, *encurtando* deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera. A notória “obsolescência planejada” em relação aos “bens de consumo duráveis” produzidos em massas; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o transporte coletivo) em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores, até mínima (como o automóvel particular) e que absorvem uma parte considerável do poder de compra da sociedade; a imposição artificial da capacidade produtiva quase que completamente inutilizável [...]; o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente a alegada economia de recursos naturais [...]; o “extermínio” deliberado das habilidades e dos serviços de manutenção, para compelir os clientes a comprar dispendiosos produtos ou componentes novos, quando os objetos descartados poderiam facilmente ser concertados [...]. Tudo isso pertence a essa categoria, dominada pelos imperativos e determinações subjacentes para perdulariamente diminuir as taxas de utilização praticáveis. (2006, p. 670).

O mesmo também ocorre com o maquinário produtivo da indústria capitalista, algo que Marx e Engels já haviam previsto em seus escritos quando afirmou que o sistema burguês de produção “não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção” (2002, p. 43). Essa é a essência de sua existência sem a qual o sistema não pode dar continuidade ao seu desenvolvimento, mas, a contradição deste sistema é exposta por Mészáros quando este afirma que o mesmo elemento que garante a sua permanência, ao provocar um imenso desperdício dos recursos naturais existentes no planeta, coloca em risco a própria permanência da sociedade capitalista, já que a

devastação sistêmica da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição – para as quais se destina globalmente uma quantia superior a um trilhão de dólares por ano – indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvolvimento do capital. (Mészáros, 2006, p. 801).

Mas quando os dois mecanismos anteriores não surtem mais os efeitos esperados pelo sistema, a taxa decrescente de utilização como uma tendência insuperável do capital passa, então, a atingir o próprio trabalho vivo – devido à redução do tempo de produção propiciado pelo avanço tecnológico associada ao maior controle concretizado pela divisão do trabalho em caráter vertical e horizontal – reduz o tempo total de trabalho vivo necessário para a efetivação da produção. Isso possibilita ao sistema do capital a redução de custo com a eliminação de parte do trabalho vivo do processo produtivo, ou seja, é a redução da taxa de utilização do trabalho vivo que nos leva à situação de desemprego em massa, que surge como uma tendência estrutural desse sistema, como nos mostra Mészáros, já que

Só quando o potencial das duas primeiras dimensões – tal como manifestas em relação a (1) bens e serviços; e (2) instalações e maquinário – para afetar as contradições inerentes à taxa de utilização decrescente não conseguir um efeito suficientemente abrangente, somente então será ativado o selvagem mecanismo de expulsão em quantidades maciças de trabalho vivo do processo de produção. Isto assume a forma de *desemprego em massa*, mesmo nos países mais avançados, independentemente de suas consequências para a posição da “massa consumidora”, e das necessárias implicações de decadência da posição do consumidor na “espiral descendente” de desenvolvimento das economias envolvidas. (2006, p. 674)

Sob tais circunstâncias, quando uma proporção sempre crescente de trabalho vivo se torna força de trabalho supérflua do ponto de vista do capital, o próprio desemprego adquire uma existência constante no sistema, no qual a sua ocorrência apenas agrava-se no interior do mesmo, adquirindo a característica de desemprego estrutural, o que possui consequências explosivas para o sistema, já que “do ponto de vista do capital – o trabalho não é apenas um ‘fator de produção’, em seu aspecto de força de trabalho, mas também a “massa consumidora” tão vital para o ciclo normal da reprodução capitalista e da realização da mais-valia” (2006, p. 672). Portanto, o desemprego estrutural tem consequências explosivas para o sistema ao elevar as contradições entre produção e consumo, assim como entre produção e circulação a níveis extremos, face uma parcela cada vez mais ampla de produtores em situação de desemprego que estão excluídos do próprio consumo dos bens superproduzidos, o que também inviabiliza a contínua circulação desses bens órfãos de consumidores. A inexistência de consumo e circulação inviabiliza a

produção de uma grande quantidade de valor-de-troca, o que gera a necessidade de redução de boa parte da produção para troca, ou seja, mais trabalho supérfluo. As contradições do capital interligadas se agravam mutuamente, até atingir um nível extremo em que a tênue unidade artificial entre produção, consumo e circulação não poderá continuar de pé. Este é o momento no qual as contradições chegam a proporções insuportáveis. É a efetivação do colapso e erupção de um sistema agonizante perante sua crise estrutural já presente.

No entanto, a análise de Mészáros nos permite aferir que o modelo de circulação e consumo – no qual a ampla maioria da população mundial está excluída do acesso a boa parte da riqueza produzida – o único viável a este sistema produtivo, encontra ainda mecanismo para o prolongamento de sua existência. A saída encontrada pelo sistema está justamente na elevação sempre constante do consumo da população minoritária que domina uma ampla parcela da riqueza do planeta, para tanto se transforma o “luxo em necessidade, tanto para os indivíduos como para seu sistema de reprodução sociometabólico” (2006, p. 260), para a sua perpetuação.

Todavia, mesmo a implantação do luxo enquanto necessidade de forma isolada não é suficiente para dar uma sobrevida a este sistema. Um dos mecanismos mais efetivos para contenção da crise é colocado em prática pelo mecanismo central de poder do capital, o Estado, com a ativação de seus potenciais bélicos – já que o sistema do capital possui em sua história um constante agravamento da competição entre as potências capitalistas, as quais são forçadas a trocar a mesa de negociações por uma forma de disputa mais rentável ao próprio sistema como nas duas guerras mundiais do século XX, nos quais as disputas existentes pela divisão dos diversos mercados mundiais foram solucionadas pela convincente diplomacia do fuzil.

As crises bélicas surgem, elas mesmas, como solução para as crises econômicas capitalistas, ao elevar as capacidades de consumo do sistema e levar a destruição uma grande capacidade de forças produtivas. O exemplo emblemático é a segunda grande guerra (1940-1945) que surge após a crise econômica de 1929-1933, a qual balançou as estruturas desse sistema com a famosa quebra da bolsa de valores de Nova Iorque. Apenas após a guerra, o sistema do capital conseguiu

retomar níveis de crescimento semelhantes aos apresentados antes da crise. Apesar de todos os méritos serem ofertados à metodologia keynesiana, implantada na década de 1930 após a crise, “o verdadeiro fundamento material da expansão foi o novo dinamismo do complexo militar-industrial” (2006, p. 685) reforçado durante a guerra e ao seu final associada à lógica de expansão do capital, tornando-se um importante mecanismo de manutenção da viabilidade do sistema patrocinada pelo próprio Estado. Portanto, em um contexto de crise estrutural, o complexo militar-industrial cumpre duas importantes tarefas em favor da manutenção do sistema:

A primeira [...] é a transferência de uma porção significativa da economia das incontroláveis e traiçoeiras forças do mercado para as águas seguras do altamente lucrativo financiamento estatal. [...] A segunda função não é menos importante: deslocar as contradições devidas à *tasa decrescente de utilização* que se evidenciaram dramaticamente durante as últimas décadas de desenvolvimento nos países de capitalismo avançado. (Mészáros, 2006, p. 809).

A sociedade capitalista submete a necessidade humana da forma mais grotesca ao impor à humanidade o complexo militar, este que vai de encontro à própria existência humana ao carregar em si a possibilidade de extinção da vida humana. O complexo militar supera as limitações impostas pela necessidade real e até mesmo pelo apetite de consumo ao reestruturar consumo e produção. A produção parasitaria do complexo militar que aloca uma crescente massa de recursos humanos e materiais que se auto-consome – ou seja, o complexo militar-industrial é ao mesmo tempo produtor e consumidor – não necessita da relação de troca. Ao sair da fábrica, já insere valor àquela mercadoria

O potencial destrutivo armazenado pelos grandes países capitalistas tem a capacidade de eliminar a vida humana no planeta sobre a ocorrência de uma terceira guerra mundial<sup>6</sup>. Entretanto, mesmo que essa capacidade destrutiva não seja colocada em prática pelo sistema, os prejuízos causados pela utilização perniciosa dos recursos naturais para o abastecimento desses imensos complexos

<sup>6</sup> Novamente os dados dos organizados internacionais burgueses comprovam a nossa análise teórica. Basta observarmos o pronunciamento do atual presidente da Assembleia geral da ONU, citado na coluna de Leonardo Boff, o nicaraguense Miguel d'Escoto, que denunciava em seu “discurso inaugural em meados de outubro: existem aproximadamente 31.000 ogivas nucleares em depósitos, 13.000 distribuídas em vários lugares do mundo e 4.600 em estado de alerta máxima, quer dizer, prontas para serem lançadas em poucos minutos. A força destrutiva destas armas é aproximadamente de 5.000 megatons, força que é 200.000 vezes mais arrasadora que a bomba lançada sobre Hiroshima. Somada com as armas químicas e biológicas, pode-se destruir por 25 formas diferentes toda a espécie humana.” (Jornal O Povo, 2008, p. 30).

militares já exibe um enorme potencial destrutivo com sérias repercuções à vida no planeta. Esta é a forma mais radical de desperdício adotada pelo sistema com a chamada destruição produtiva na qual ocorre com “a destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados – como maneira dominante de se livrar do excesso de capital superproduzido.” (Mészáros, 2006, p. 679). Mas a análise empreendida nos mostra que tal modelo de produção destrutiva já não é exclusividade da indústria bélica, mas torna-se a regra de toda produção do capital em crise. E a razão para que tal modelo de produção torne-se viável aos

parâmetros do sistema de produção estabelecido, é que *consumo e destruição* vêm a ser *equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de “realização” capitalista*. Desse modo, questão de saber se prevalecerá o consumo normal – isto é, o consumo humano de valores de uso correspondentes às necessidades – ou do “consumo” por meio da destruição é decidida com base na maior adequação de um ou de outro para satisfazer os requisitos globais da auto-reprodução do capital sob circunstâncias variáveis.” (IDEM, 2006, p. 679).

Mészáros afirma, ainda, que as estratégias aqui apontadas para a superação das contradições do capital surtem o efeito contrário. O máximo que o sistema conseguiu foi desvincilar-se ou afastar temporariamente as consequências diretas de suas contradições, o que resulta na acumulação constante de seus antagonismos. Portanto, as rachaduras estruturais do sistema são insuprimíveis e as suas reformas apenas escondem os efeitos auto-destrutivos deste modelo de organização da vida.

Apesar dos representantes do capital continuarem afirmando a sua eternidade e a ausência de alternativa para a humanidade e de que o sistema sobreviveu e superou todas as crises por quais passou, um estudo rigoroso do atual momento histórico reafirma a análise marxiana de que o sistema capitalista possui um caráter essencialmente transitório. Na medida em que as suas possibilidades de expansão e acumulação continuada parecem estar atingindo os seus limites, ao deparar-se com uma crise que resulta do próprio rompimento da relação centrífuga do sistema, as fracas ligações entre suas três dimensões fundamentais estão rachadas, o que impede que a espiral capitalista continue a girar na velocidade necessária à reprodução do sistema.

Mészáros descreve, ainda, que devido à lógica espiral de funcionamento do sistema, a produção voltada para a extração de mais-valia efetiva-se na

circulação e no consumo, e o mais-valor produzido retorna novamente ao início, gerando acumulação de capital, e mais produção. O capital acumulado deve sempre ser inserido no processo de circulação, pois o intuito do sistema capitalista é sempre gerar mais-valia. É essa lógica que faz a roda do sistema girar. Mas o rastejar constante da crise estrutural parece enguiçar a engrenagem do sistema, na qual o consumo já não se efetiva nas proporções necessárias para escoar a superprodução e a própria circulação não se realiza, o que leva invariavelmente ao momento em que a roda simplesmente quebre – já que a atual crise assume as características de um “padrão linear de movimento [...] um *continuum depressivo*, que exibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica* mais ou menos permanente e crônica, com a perspectiva ultima de uma crise estrutural cada vez mais profunda e acentuada.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 697).

### **Socialismo ou barbárie**

A perspectiva da atual crise estrutural descrita por Mészáros não afirma a teoria da III Internacional Socialista que conclama a teoria do colapso do sistema capitalista, tese essa descrita por Gorender (1983/1985), a qual afirma que o sistema do capital caminha invariavelmente em direção a sua auto-destruição. A organização operária, manipulada pela burocracia stalinista, apontava a vitória do “socialismo real” ao ser confirmada a tendência insuperável do sistema capitalista ao colapso completo, o que afirmaria a vitória socialista em âmbito global. Contudo, a história comprova o equívoco dessa teoria, de modo que ao demonstrar que e o sistema capitalista mesmo sob a crise estrutural mais profunda não caminha diretamente a sua auto-dissolução. A análise de Mészáros (2003) nega a teoria do colapso e conclama a famosa epígrafe de Rosa Luxemburgo, “socialismo ou barbárie” como o resumo das possibilidades humanas.

A crise não leva a dissolução do sistema do capital, mas pode levar a constituição de uma sociedade híbrida<sup>7</sup>, uma sociedade onde os valores

<sup>7</sup> Este o termo utilizado por Mészáros para definir os regimes auto denominados de “socialismo real”, os quais na análise do autor conseguem superar o modelo de sociedade capitalista, contudo, não foram capazes de ultrapassar a força de controle do próprio capital, dando origem às sociedades híbridas. O modelo de sociedade designado de barbárie também é referida pelo o mesmo autor, como uma sociedade híbrida, na qual predomina a força estrutural do capital, mas em modelo societário em que sua lógica centrifuga não pode efetivar-se, ou seja, a sua estrutura metabólica é

individualistas do sistema capitalista seriam levados ao extremo, sob a ordem do sobrevivem os mais fortes: a sociedade da barbárie. A referida configuração social representa a continuidade de uma sociedade ainda pautada sobre a circulação de valores-de-troca, a descontinuidade dentro da continuidade, pois a estrutura capitalista passaria a efetivar-se sobre a égide da escassez dos meios mais básicos à continuidade da existência humana. Escassez essa que tem sua origem confirmada na lógica de produção predatória em relação aos bens naturais, portanto, a continuidade desta estrutura destrutiva possui sérias tendências a conduzir a humanidade a uma realidade bárbara, na qual a luta pela sobrevivência transforme-se em uma luta de vida e morte diária. Algo semelhante a uma realidade de guerra constante, que levam certamente a conflitos de grupos armados, como o recente exemplo de Darfur.

A solução para superar as contradições desse sistema, que se efetiva em sua crise agora constante, passa não pelo aprofundamento de suas contradições a níveis extremos, pois tal tendência deve conduzir invariavelmente à humanidade não a superação deste modelo contraditório de organização da vida, mas deve conduzi-lo exatamente ao modelo societário denominado de barbárie. Outrossim, a superação dessa sociedade das contradições passa pela organização da luta da classe trabalhadora, organização da luta política que tenha força para efetivar uma revolução social, que inicie a superação desse sistema perdulário. Noutros termos, a superação de sua lógica organizativa, da estrutura de domínio do capital, inicia-se com a efetivação da revolução como o primeiro passo rumo a supra-sunção do trabalho alienado, da relação de domínio do capital sobre o trabalho: “tomar de assalto os céus”, reconstruir o céu em toda totalidade social, com a superação da existência divinizada do Estado burguês, já que a estrutura de domínio do sistema capitalista ergue-se sobre o tripé: trabalho abstrato, capital e Estado. Assim, a superação desse sistema concretizar-se-á na superação de sua estrutura, em especial da base sobre a qual este sistema se concretiza, pois como afirma Mészáros: “devido à inseparabilidade das três dimensões do capital plenamente

---

incapaz de concretizar-se efetivamente. O resultado prático desta questão é a impossibilidade de concretização do modelo de ordem liberal, inviabilidade dos instrumentos de controle pelo consenso. Já que a política do consenso não pode existir em forma social na qual a mínimas necessidades deixam de ser asseguradas a uma número significativo de indivíduos.

articulada – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e o Estado.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 600-1).

A superação da sociedade capitalista e a consequente construção de uma nova estrutura societária pautada na auto-gestão dos espaços de reprodução da vida, se concretiza não apenas com a destruição da estrutura previamente existente da sociedade capitalista, mas se constitui na ruptura radical com o modelo societário anterior, em uma relação dialética na qual a continuidade co-existe no interior da descontinuidade revolucionária. Trotski se refere a constituição da sociedade socialista e a superação dos elementos capitalista remanescentes no interior da novo modelo societário, quando afirma que:

Os problemas do Estado e do dinheiro possuem vários aspectos em comuns, pois ambos se reduzem, no fim de contas, ao problema essencial: a produtividade do trabalho. A coação estatal e monetária pertencem a herança da sociedade dividida em classes, que só pode determinar as relações entre os seres humanos com a ajuda de fetiches religiosos ou laicos, que são colocados sob a proteção do mais terrível de todos, o Estado, com um grande punhal nos dentes. Na sociedade comunista, tanto o Estado como o dinheiro desaparecerão. O seu desaparecimento progressivo deve começar sob o regime socialista. Só poderá falar de vitória real do socialismo a partir do momento em que o Estado não seja mais que um semi-Estado e o dinheiro comece a perder a sua força mágica. Isto significará então que o socialismo, libertando-se dos fetiches capitalistas, começa a estabelecer entre os seres humanos, relações, mais livres e mais dignas. (2005, p. 89).

Superar o Estado, o trabalho abstrato, o dinheiro como o meio da circulação que se paute na produção de valor, são as consequências de uma Revolução social que imponha a roda da história o atendimento das necessidades humanas, sejam estas do estômago ou do espírito, como as tarefas prementes do trabalho humano. A superação do reino da necessidade em detrimento do reino da liberdade, coloca-se como tarefa histórica para a classe trabalhadora. Em um contexto em que a própria existência de nossa sociedade encontra-se ameaçada. Portanto, a defesa de uma Revolução radical e a reorganização da classe trabalhadora em torno da bandeira socialista impõe-se como única alternativa viável a continuidade da sociedade humana, em um contexto em que o sistema do capital em sua crise estrutural aproxima dos limites absolutos de suas contradições indissolúveis. A frase de Rosa Luxemburgo nunca esteve tão em pauta como na atualidade, socialismo ou barbárie. A proximidade dos limites absolutos do capital,

impõem a humanidade a escolha de um novo de projeto de sociedade no qual o planejamento da produção e a convivência sustentável estejam aliados ao atendimento dos interesses sociais de forma igualitária. Na contramão deste projeto, está a barbárie, como a via única a ser seguida pelo sistema do capital em decadência. A derrocada da existência humana em sociedade como a conhecemos, a ser substituída pelo constante guerrear, o mundo como uma grande Darfur. Estas são as escolhas coletivas impostas a humanidade pelo movimento da história: socialismo ou barbárie.

## Referências

- Jornal O Povo, 05/ 12/ 08, Ano: LXXXI, nº 26.8660.
- Jornal O Povo, 30/ 11/ 2008, Ano: LXXXI, nº 26.861.
- Jornal O Povo, 02/ 03 / 2009, Ano LXXXII, nº 26. 949.
- MARX, K. & ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. Tradução: Álvaro Pina. São Paulo, Editora Boitempo, 2002.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 2. ed. Coordenação e revisão de Paul Singer. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1983/1985. (Os Economistas).
- \_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna – 24º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MÉSZÁROS, István. **O Século XXI: Socialismo ou Barbárie?** Tradução Paulo Cesar Castanheira – 1º edição, São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo César Castanheira e Sergio Lessa – 1º edição, São Paulo: Boitempo, 2006.
- TROTSKI, Leon. **A Revolução Traída**. Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2005.